

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*)

---

BELMONT (Nicole). — *Mythes et croyances dans l'ancienne France*. Flammarion. Paris, 1973, 186 págs., vol. 35 da coleção "Questions d'histoire" dirigida por Marc Ferro.

Talvez não exagerássemos, se disséssemos que a importância maior do livro de Nicole Belmont fosse a de ter sido publicado em uma coleção dedicada unicamente às "questões de história". O significado desta atitude, que poucos compreenderiam há algumas décadas, parece porém escapar à própria autora.

Dividindo seu trabalho em três partes — *Os mitos e as crenças; As teorias e os problemas; Os textos* — e dedicando um capítulo aos problemas das relações de dependência ou não do *folklore* diante da história, teria ela uma excelente oportunidade para percorrer o caminho inverso e analisar as tendências culturais que, cada vez mais, levam o estudo da história — basicamente uma ciência do concreto — a se interessar pelo irracional, pelo mágico, pelo mito.

A partir da busca romântica do substrato das nacionalidades, a descoberta de culturas e religiões primitivas e o interesse pela linguística comparada fizeram com que aflorasse para a ciência todo um conjunto de visões de mundo bastante distanciadas dos pressupostos racionais, kantianos, tidos como alicerces das formas do pensamento ocidental. A apreensão mítica ou "complexa" da realidade, segundo a expressão sugerida por C. Preuss, em 1912, para distingui-la de uma visão analítica-abstrata do mundo, passou então a ser exaustivamente trabalhada pela antropologia (a obra de G. J. Frazer é um clássico a respeito) e pela filosofia.

Por volta de 1940, as preocupações de Ernst Cassirer com uma "filosofia das formas simbólicas" levaram-no a considerar que "em todas as ações humanas e em todas as formas de cultura humana encontramos uma "unidade na diversidade". A arte nos fornece uma unidade da intuição; a ciência uma unidade do pensamento; a religião e o mito uma unidade do sentimento. A arte abre o universo da "forma vivente", a ciência nos mostra um universo de leis e princípios, a religião e o mito iniciam a percepção da universalidade e da identidade estrutural da vida" (*Von Mythos des Staates*, Artemis, Zurich, 1949, p. 53).

Assim, gradativamente, as expressões do irracional penetravam na esfera de cogitações dos intelectuais, não simplesmente como elementos exóticos ou que devessem ser considerados por si mesmos, mas como representações de

---

(\*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas obras para a competente resenha bibliográfica. (*Nota da Redação*).

uma realidade dada (e em sua essência confundindo-se com esta própria realidade numa unidade contínua).

Essa incorporação de uma outra dimensão dos fatos à ciência não correspondia, entretanto, como sucede hoje em grande parte, a uma supervalorização do irracional, a um recuo do racionalismo, ambos derivados de uma reavaliação dos valores da cultura ocidental, dos movimentos de contracultura. De maneira geral, na análise do professor William Irwin Thompson, autor do ensaio *At the Edge of History*, isto indicaria o fim da idade moderna e um retorno à Idade Média.

Independentemente de seu significado, constatamos manifestações dessa ordem em todos os níveis. Em seus controvertidos trabalhos (*The teachings of Don Juan: a Yaqui way of thinking; A Separate Reality; Journey to Ixtlan*) o antropólogo Carlos Castaneda afirma que “a dificuldade é aprender a perceber com todo o corpo e não somente com os olhos e a razão”. (Cf. *Time*, 5-3-73). Para o historiador Theodore Roszak (*The Making of Counterculture e Where the Wasteland Ends*) “a alegada objetividade da ciência e seus decorrentes males têm desvirtuado a experiência pessoal do homem e retirado de sua vida todo o mistério e sacralidade. A seu ver, a razão é um limitado atributo humano, somente um entre muitos. Insistindo em que há também um conhecimento e poder espirituais, Roszak acrescenta que há toda uma faixa de experiência excluída de nossa experiência em nome do que chamamos conhecimento” (cf. *Time*, 23-4-73).

Em nível menos teórico, principalmente nos Estados Unidos e Europa, os cursos em universidades e as publicações em numero crescente — citem-se os trabalhos de Jeffrey Burton Russel, *Witchcraft in the Middle Ages* (Cornell University Press, 1972) e o de H. C. Erik Midelfort, *Witch hunting in southwestern Germany 1562-1684* (Stanford University Press, 1972) — demonstram uma inclinação a situar, no campo da pesquisa histórica, os aspectos do folclore, superstições, mitos, bruxarias, etc., como subsídios indispensáveis a uma apreciação mais abrangente das formas de mentalidade e cultura. Tais elementos manifestamente irracionais complementariam um quadro histórico de racionalizações econômicas, sociais, etc., pois, da mesma forma que estes, também estão sujeitos a variações de acordo com a época.

Toda esta nova visão, cremos, justificaria, consciente ou inconscientemente (o que talvez fosse até mais interessante), a inclusão de um trabalho sobre mitos e crenças na coleção de Marc Ferro.

O estudo de Nicole Belmont, embora não apresentando um substrato conceitual rígido, mas utilizando as expressões “mito” e “crença” numa conotação bastante ampla, pretende focalizar as manifestações de uma cultura popular de origem francesa.

Diante disso, poderíamos questionar se o mito, formando segundo Cassirer uma “unidade de sentimentos”, poderia ser tratado em termos de nacionalidade ou somente num plano junguiano de “inconsciente coletivo”.

A rigor, a própria autora discute a existência de uma mitologia francesa. Criticando a posição de H. Donteville — arquiteto de uma mitologia francesa centrada no herói mítico Gargantua — diz que “para se voltar à questão de saber se existe uma mitologia francesa, é sem duvida na religião que se deve ir procura-la. Mas seria um abuso de linguagem conceder-lhe o nome de mitologia. O sistema folclórico francês não teve de fato necessidade de se constituir em uma verdadeira mitologia, pois se formou e se desenvolveu apoiando-se no mito cristão”. (P. 10). A religião cristã, por sua vez, teria dado margem ao aparecimento de dois tipos de “folclorização”: um da religião absorvendo e modificando as funções de uma crença, por exemplo, e, por outro lado, favorecendo o aparecimento de novos tipos de crenças e práticas derivadas dos seus próprios ritos.

Assim sendo, o livro se apresenta mais como um breve inventário de crenças, lendas e contos originados ou divulgados na França, mormente durante o período medieval, do que propriamente como um estudo de mitos.

Iniciando com uma análise de contos, adverte a autora que, no todo, seus temas e motivos são internacionais; via de regra, apenas os aspectos formais, a “redação”, o estilo, a adaptação de um motivo às características físicas e culturais de uma região é obra da nacionalidade. De fato, somente dois contos dos quatro analisados são apresentados como sendo de origem francesa.

Mais ligadas a um aspecto mítico — inclusive à figura de Gargantua — situam-se as crenças e lendas derivadas da topografia, não raro explicativas de sua gênese e de suas características, e cujos atributos simbólicos são bem explorados por Nicole Belmont.

A parte mais interessante de seu trabalho, porem, diz respeito às crenças da vida humana e àquelas subordinadas ao calendário. Tratam-se aqui não mais somente de narrativas ou lendas, mas de ritos e ações que envolvem toda a vida da comunidade. A autora penetra no significado do círculo mágico que envolvia uma pessoa desde o nascimento até a morte, com seus vários “ritos de passagem”, segundo a teorização de Van Gennep, autor que serve de base à toda esta parte do estudo. No âmbito da história medieval principalmente, é de grande utilidade a demonstração do papel “subversivo” assumido pelas associações da juventude no quadro social urbano.

Da mesma forma que o ciclo da vida, os ciclos do ano também se revestem de implicações mágicas, manifestas desde o Carnaval até o ciclo de Natal — o qual se ligaria na França a uma natureza agrária — merecendo cada um, portanto, especial atenção.

A segunda parte do livro consiste numa exposição de pontos de vista teóricos de autores antigos e contemporâneos diante de problemas como os das relações entre folclore e história, de transmissão popular, de literatura popular e de teorização das crenças.

Por fim, Nicole Belmont acrescenta alguns textos diretamente entrosados com o conteúdo dos capítulos, bem como uma bibliografia.

TEREZA ALINE PEREIRA DE QUEIROZ

\* \*

\*

BRAUNSTEIN (Philippe) e DELORT (Robert), *Venise, portrait historique d'une cité*. Editions du Seuil. Paris, 1971. 253 págs., com ilustrações.

Se deixarmos de lado o conteúdo paradoxal do título escolhido para o manual dos professores Delort e Braunstein, respectivamente da Universidade de Paris VIII (Vincennes) e da Escola Prática de Altos Estudos, podemos encara-lo positivamente. De fato, a expressão *portrait*, correspondendo a algo estático, opõe-se ao caráter dinâmico, processual do *historique*.

A multiplicidade e diversificação da cultura veneziana, tal como se nos apresenta em documentos e obras de arte, aliada à atmosfera quase mítica que parece ter desde cedo envolvido aquele centro, dificilmente poderiam estar contidas em um enquadramento rígido. Tal fato torna-se de fácil verificação no caso. Tomemos, como exemplo, duas análises de um mesmo momento. A primeira, num texto de Petrarca, da segunda metade do século XIV, onde lemos:

“A sublime cidade de Veneza é hoje a única morada da liberdade, do direito e da paz, o único refúgio da boa vontade e o único porto para todos os que, acossados pela tirania, procuram levar uma vida tranquila” (*Senilium rerum libri*, IV, 3).

Em seguida, com base em fontes totalmente diversas, ao analisarem as instituições políticas venezianas no século XIV, Braunstein e Delort demonstram que,

“entretanto, ninguém em Veneza ignorava que o Conselho dos 10 havia nascido de uma reação conservadora — *conservatorium nostre terre et domini* —, para prevenir a reincidência dos violentos acontecimentos de 1310 e 1355 (...). A maior parte da população veneziana suportou em silêncio o soberano poder inquisitorial e o clima de suspeita simbolizados, no palácio ducal, pela boca do leão que recebia acusações anônimas.

Uma deliberação do Conselho dos 10, em 10 de agosto de 1319, explica claramente como a delação foi organizada em todos os setores de Veneza” (págs. 154 e 155).

Em certos momentos, a própria fusão de elementos abstratos às manifestações mais concretas do processo histórico, gerando uma idealização de Veneza pelos seus naturais, é comentada pelos autores:

“Um dos temas maiores da historiografia veneziana é a negação do declínio, através da descrição das idades de ouro sucessivas conhecidas pela cidade; de século em século, reencontram-se as solidariedades profundas que uniram o povo. Contra os elementos hostis (...). Veneza fez frente graças à “constância” de seus habitantes” (p. 131).

Assim sendo, fosse o caso de se delinear um *portrait*, seria necessário um estudo aprofundado no campo das mentalidades e particularmente das contradições inerentes ao desenvolvimento de Veneza, ou seja, algo impraticável mesmo em um manual especializado. A incoerência do título, porém, não minimiza o trabalho dos dois historiadores que, certamente, conseguem captar a essência de algumas formas mais significativas do “patriotismo veneziano” (p. 168).

Por outro lado, a ausência de um prefácio na edição dificulta ao leitor um conhecimento mais preciso dos objetivos visados pelos autores. De modo geral, porém, podemos dizer que se trata de um trabalho, não em nível esgotante como a *Geschichte von Venedig* de H. Kretschmayr, mas que, por sua atualidade e seu critério analítico estruturado em fontes credenciadas, substitui o manual de Charles Diehl, publicado em 1915.

A relevância do tema focalizado é evidente. No panorama da história italiana, Veneza constituiu-se em um caso à parte. Voltada para o exterior na época medieval, integrada numa realidade diversa das comunas italianas, em permanente contacto com outras áreas de cultura, principalmente orientais, Veneza constrói um quadro de relações econômico-sócio-políticas totalmente original, mesmo se considerado em termos europeus. Sua arte e cultura são produtos de uma “sutil alquimia”, em que nenhuma contribuição externa é assimilada sem antes passar por um “filtro” (p. 167). Todo esse conjunto de fenômenos, fundindo-se à peculiaridade de seu sítio geográfico, contribuíram, por outro lado, para que se transformasse em um verdadeiro mito estético e existencial, sobrepondo-se às mudanças do gosto e exercendo atração indiferentemente sobre um Philippe de Commines, Goethe, Taine ou Le Corbusier.

Para o nosso século, porém, Veneza não se apresenta somente como um repositório de arte e cultura, mas também como um tema de reflexão sobre as relações e possibilidades de conciliação entre o progresso e a preservação do passado. Manifestando-se a respeito, Delort e Braunstein admitem que

“a complexidade dos problemas relativos à sobrevivência de Veneza é proporcional ao prodígio por ela encarnado há um milênio. Sem dúvida, é ilusório querer salvar Veneza sem redefinir sua função diante de seu território interior, da região norte-adriática” (p. 236).

Em relação ao plano de transforma-la unicamente em um centro cultural, reagem em contrário:

“Será possível imaginar-se uma cidade estagnada na contemplação e no estudo, onde se reuniriam eternos simpósios? Mesmo que a vida cotidiana de Veneza devesse evocar as nobres assembleias de Veronese, sentiríamos falta, na vida do espírito, do estímulo das mais diversas atividades” (p. 237).

Para lidar com a história veneziana desde os seus primórdios, foram utilizadas fontes primárias (algumas parcialmente transcritas no decorrer dos capítulos) e uma vasta bibliografia, compreendendo tanto obras gerais como especializadas em cada tema abordado.

Basicamente, o trabalho gira em torno de dois grandes temas: 1. — O dinamismo veneziano. 2. — As solidariedades venezianas. O primeiro abrange a formação material da cidade e a construção de sua potência econômica, situando-a, portanto, em relação com o exterior. Seus principais tópicos são: Os venezianos antes de Veneza — a conquista lombarda e os refugiados da laguna; a laguna bizantina. Veneza entre os Impérios (séculos VIII-XII) — as primeiras relações com os carolíngios; os inícios de Veneza; Veneza nos séculos X e XI. Marinheiros e mercadores — as mercadorias do comércio veneziano; transportes e rotas; capitais, sociedades, moeda; o mercador veneziano. Os venezianos e as fronteiras do mundo. Colonos, guerreiros, diplomatas — bases e entrepostos; um império colonial; a marinha de guerra; o exército de terra; informação e diplomacia. Veneza no século XV (textos e quadros numéricos).

A segunda parte diz respeito ao mecanismo institucional interno daquele centro, sua produção cultural e seu tipo de vida, focalizados em quatro grandes tópicos: O vocabulário político. As instituições — o povo; o doge; os conselhos; a administração. Uma sociedade fechada. Arte e cultura (o filtro veneziano) — o patriotismo artístico; realismo e luz; pintura e humanismo; glorificação do corpo e da alma de Veneza; a alegria de viver: uma aparência?

Finalizando, Braunstein e Delort abordam certos aspectos “mágicos” de Veneza, o impacto que causa às pessoas, e os problemas ligados à sua sobrevivência: Veneza e seu reflexo: Aspectos urbanos — sonhos e realidades — a alegria veneziana; a morte em Veneza. A cidade sagrada, uma herança a salvar? — os perigos da dupla Veneza; o desafio do tempo.

Elaborado criteriosamente, numa linguagem agradável e de fácil leitura, o manual é ainda uma excelente fonte para bibliografia, contando também com uma útil cronologia da história veneziana e uma lista de seus 120 doges.

TEREZA ALINE PEREIRA DE QUEIROZ

\* \*

\*

NOVAES (Maria Stella de). — *História do Espírito Santo*. Fundo Ed. do Espírito Santo. Vitória (Espírito Santo). 1973.

A obra por nós enfocada caracteriza-se como uma monumental *Antologia* da História do Espírito Santo. Abrange, em uma quantidade enorme de capítulos (37) toda a História da Capitania, Província e Estado do Espírito Santo. É uma abordagem puramente cronológica, iniciada com os donatários, de 1534 a 1578, abordando os problemas ligados ao domínio espanhol (1580-1640), dividido este período em 2 etapas, uma que vai de 1580 a 1598 e outra de 1600 a 1640; a partir daí, sempre cronologicamente estuda factualmente a volta ao Domínio Lusitano, o século XVII, o século XVIII e o século XIX até 1819, intercalando um período de 1812 a 1819 que chama de *Rubim*. A partir desse momento, quando se desenha o processo da Independência estuda-a de 1819 a 1822, introduzindo um capítulo sobre a Julianada.

Em seguida narra os episódios do Governo Provincial englobando-os em quinze capítulos qualificados em sub-itens de I a XV, divididos em uma seriação cronológica, nas quais destaca de 1827 a 1829 o chamado *Ururau*, de 1829 a 1834 os Caramurús e Peroás, em 1849 a Insurreição do Queimado, seguida da Visita Imperial (1859-1864) e a Guerra do Paraguai (1865-1871).

A partir do 27º capítulo estuda a profa. Maria Stella Novaes os sucessivos governos estaduais, enumerando-os e ressaltando fatos políticos e administrativos, que vão desde a instalação do governo republicano até o ano de 1968.

Enriquece o esforço da professora as notas finais, esclarecedoras dos pontos abordados em seus 37 capítulos, um rol de Presidentes da Província, um rol de Presidentes do Estado, além dos nomes dos interventores federais e governadores do Estado; tudo isto coroado por uma bibliografia sobre o Estado. Embora se possa fazer restrições ao trabalho, pelo tradicionalismo de sua abordagem, é inegável o alto valor que ele representa e a validade de sua publicação. São obras dessa natureza que abrem, com suas informações, pontos de reflexão e apontam temas de interesse a serem abordados, sob novas perspectivas aos que se interessam pela História do Brasil. Cada dia mais é necessário que

se incentive os estudiosos para que escrevam monografias, que venham a contribuir para a grande síntese de nossa História.

J. S. WITTER

\* \*  
\*

DERENZI (Luiz Serafim). — *Biografia de uma Ilha*. Rio de Janeiro. Ed. Pongetti, 1965.

Infelizmente, cada vez mais, a falta de comunicação entre as regiões do país continental que é o Brasil, justamente no chamado Século das Comunicações, impede o conhecimento imediato do movimento editorial em andamento em todo país. Necessário foi que nos dirigíssemos a Vitória (Espírito Santo) para que encontrássemos diversas publicações sobre o vizinho Estado e, entre elas, a *Biografia de Uma Ilha* na qual o autor, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, procura estudar a história da cidade de Vitória, tentando num estilo biográfico ver a evolução da cidade, quer como área urbana, quer como Capital do Estado, centro de decisões políticas do mundo capixaba.

É voltado para “os problemas urbanos” que sempre o seduziram “que o autor procura estudar a vida da ‘sua Vitória’,” desde os primórdios de sua instalação como capitania, que recebia o seu donatário Vasco Fernandes Coutinho até o ano de 1942, pois diz o autor em suas conclusões: “depois de 1942, os fatos ocorridos na Ilha de Duarte Lemos, são praticamente atuais. Examina-los parece-me fora de propósito mesmo porque seus responsáveis, atuam ainda na vida pública do Estado”.

Trata-se de um estudo monográfico dedicado exclusivamente a vida da cidade de Vitória, mas lança questões interessantes sobre o Estado do Espírito Santo, procurando dar ênfase especial aos acontecimentos políticos. Enriquece o trabalho uma relação dos prefeitos de Vitória de 1909 a 1968. Falta uma interpretação mais acurada e profunda, mas conforme ressalta Mário Aristides Freire: “Luiz Derenzi estudou na Vitória que eu deixei. Desde, então, acompanhou o progresso do Estado onde nascemos. A História que escreveu, ele a viveu nos últimos tempos, participando, com luzes de seu cérebro, com a fadiga de seu trabalho para muitos dos melhoramentos do Espírito Santo e da minha, da nossa pitoresca Vitória, a insular “Cidade Presépio”.

J. S. WITTER

\* \*  
\*

NUNES (Maria Thetis). — *Sergipe no processo da Independência do Brasil*.  
Cadernos da Universidade Federal de Sergipe. Aracajú. 1973.

“Já agora desenrolava-se, em campos definidos, a luta pelo poder entre os senhores de terra. Formavam-se os partidos políticos e, como tão bem notou a argúcia de Felisberto Freire, ‘destituídos do programa. Queriam ambos uma só causa: a posse do poder’. Os seus órgãos na imprensa nunca defenderam princípios e sim defeitos pessoais dos adversários”.

“Não se alterara a estrutura social sergipana no decorrer dos acontecimentos que se iniciaram em 1820, com o Decreto de D. João VI concedendo autonomia à província. Os interesses continuavam a gravitar em torno dos grandes senhores de terra, especialmente, dos senhores de engenho da Cotinguiba”.

“Mas ficara na população urbana uma tendência anti-portuguesa, responsável pela repercussão em Sergipe da Revolução Pernambucana de 1824, conhecida como Confederação do Equador. Também nela permanecerá um sentimento de rebeldia, especialmente, nas Câmaras Municipais extravasado nos acontecimentos da época regencial”.

São estas as conclusões a que chega Maria Thetis Nunes em seu trabalho publicado recentemente pela Universidade Federal de Sergipe. A obra, como a própria autora nos dá conta, resultou de conferência realizada em Brasília e diz ela

“pretende ser uma tentativa de interpretação de um capítulo da História de Sergipe”.

É trabalho modesto, mas repleto de colocações válidas e inteligentes. A autora procurou na documentação compulsada elementos esclarecedores da posição de Sergipe face ao “processo da independência do Brasil”. Nem sempre conseguiu atingir os seus objetivos e em muitos pontos deixou de aprofundar a análise, mas trouxe indiscutivelmente material para discussão, e pontos de vista de uma professora atuante nos meios universitários da capital sergipana.

Procura sempre mostrar o papel das Câmaras Municipais na formação de um sentimento de autonomia local e apoiando-se em Felisberto Freire faz suas as expressões que atestam

“um certo espírito liberal presidindo suas prerrogativas. Não obstante acharem-se ligados à ação central do governo, todavia uns visos de autonomia selavam suas atribuições. Seus membros e todos os oficiais eram delegados do povo, porque eles emanavam de eleição popular. Gozavam de independência em suas atribuições em que não podia inserir-se outras autoridades”.

Exatamente esse sentimento de autonomia é que vai explicar muito da participação das Câmaras Municipais nos acontecimentos que envolvem Sergipe no processo de Independência do Brasil.

O pequeno estudo compõe-se de oito partes, bem destacadas e insere uma Bibliografia consultada e oito documentos em anexos.

Trata-se de um trabalho útil e dos poucos que tem chegado até nós; dada talvez a dificuldade de comunicações entre as regiões brasileiras.

J. S. WITTER

\* \*

\*

TINHORÃO (José Ramos). — *Música popular: teatro & cinema*. Petrópolis, Editora Vozes, 1972. 288 páginas.

Nesta obra é focalizada pela primeira vez a relação entre “a música popular e dois de seus mais importantes veículos de divulgação, ao lado do disco, do rádio e da TV: o teatro de revista e o cinema”.

O levantamento baseou-se em pesquisa de toda a bibliografia disponível, pouco numerosa e rara, como também nas informações de jornais, revistas, e partituras antigas. As entrevistas com pessoas ligadas a teatro musicado e cinema forneceram um material fecundo e vivo, que o autor soube trabalhar com espírito crítico, captando processos sociais e opções dos indivíduos no decorrer de suas carreiras.

É o caso do compositor Hekel Tavares, “alto, elegante, dono de uma bela cabeleira que o tornaria na velhice a figura clássica do maestro”, falecido em 1969 e entrevistado pelo autor um ano antes de sua morte. Ressaltamos esse capítulo, dada a importância de Hekel não só no teatro musicado, mas também na canção brasileira. A certa altura da carreira, “já então consciente de que qualquer nova concessão o desviaria do seu caminho, Hekel Tavares vende corajosamente a sua casa da Gávea para continuar editando do próprio bolso a sua obra sinfônica”. O autor o considera injustiçado pela crítica erudita, mas compensado pelo sucesso popular, exemplificado na canção *Guacira*.

Alem desse capítulo, que destacamos particularmente pela importância do compositor no panorama da música brasileira e pelo tratamento crítico emprestado por José Ramos Tinhorão, muitos outros temas são abordados no mesmo nível de pesquisa e interpretação: a era das revistas, o advento do show, os músicos de revistas e a contribuição dos compositores ao teatro musicado: Freire Júnior, José Francisco de Freitas, José Barbosa da Silva (Sinhô), Henrique Vogeler, Eduardo Souto, Lamartine Babo, Ari Barroso.

O autor correlaciona as transformações do teatro de revista à ascensão e diversificação da classe média, que passa a exigir o espetáculo sofisticado e luxuoso.

A segunda parte da obra estuda a música popular no cinema: a música das salas de espera, a era das valsas, a invasão estrangeira, a música popular nos filmes brasileiros, os discos e o som, o carnaval no cinema, as chanchadas musicais e a música dos documentários. Como apêndice há uma relação de filmes com aproveitamento de temas, danças e música popular do fim do século XIX até o advento do cinema falado.

“Para os músicos mais humildes tinha chegado o fim das suas relações com o cinema. E o mais doloroso é que esse fim não ia perder, em termos de tragédia, nem mesmo para os próprios enredos de tantos filmes mudos que os músicos de cinema tinham ajudado a animar”. No início de 1930 começam a se extinguir as orquestras de sala de espera substituídas pelas vitrolas, e o autor conta o caso de um pianista, dispensado da sua função artística, a quem se ofereceu continuar em serviço, mas trocando discos do gramofone.

Essa transformação tecnológica reveste-se de grande importância, se lembrarmos que músicos como Nazareth tocavam nos cinemas. Aliás, é uma constante na obra de Tinhorão a nostalgia diante de certas mudanças sociais que repercutem na música do povo. Parece que não se trata de saudosismo ou atitude conservadora quanto à tecnologia: é apenas um brado de alerta face à desumanização. É a máquina sobrepujando o homem, a lembrar o desempregado crônico da sociedade industrial, Carlitos, mencionado pelo autor na introdução da obra.

*LEA VINOCUR FREITAG*

\* . \*

\*

TINHORÃO (José Ramos), *Música popular de índios, negros e mestiços*. Petrópolis, Editora Vozes, 1972. 204 páginas.

Na introdução da obra o autor afirma que a História da Cultura no Brasil tem sido identificada à cultura das elites, e que mesmo alguns folcloristas ainda superestimam as origens milenares, as genealogias, os paralelismos com os fenômenos universais. Propõe, portanto, um

“levantamento da história quase clandestina de uma cultura popular ao nível das camadas mais baixas dos mais antigos núcleos de vida urbana colonial, até a atualidade”.

O trabalho engloba a música dos índios e jesuitas, negros das irmandades religiosas, bandas de músicas das fazendas, como também dos barbeiros do Rio de Janeiro e Bahia. Em relação às músicas e danças de negros e mestiços destacamos a fofa, os batuques, o lundu-canção, a música dos negros da rua e

do interior e a sua contribuição para o carnaval. O autor inclui ainda, pioneiramente, as festas da segunda-feira do Bonfim na Bahia e a Festa da Penha no Rio de Janeiro, esta última acrescida de uma bibliografia literária.

Estudando a música dos negros das irmandades religiosas, o autor adota o ponto de vista que Herskovits já sustentava em 1937, em tese encaminhada ao II Congresso Afro-Brasileiro reunido na Bahia. Mostra que não apenas no Brasil, mas nos demais países importadores de escravos (Cuba, Haiti), a aceitação da religião católica foi sempre nominal. Exemplifica com as origens do Rosário e ressalta as coleções de estampas religiosas no processo de sincretismo. Afirma que os negros se fixaram em Nossa Senhora do Rosário

“pela ligação estabelecida com o seu orixá Ifá, através do qual era possível consultar o destino atirando soltas ou unidas em rosário as nozes de uma palmeira chamada okpê-lifá”.

Foi, portanto, à sombra das irmandades, principalmente a de Nossa Senhora do Rosário, devoção introduzida no século XIII por São Domingos, que os negros se organizaram na participação da vida popular brasileira.

Em relação às bandas de música das fazendas, principalmente a partir do século XVIII, o autor ressalta o prestígio que emprestavam aos senhores rurais, como também o fator distância, que obrigava os fazendeiros a longas permanências afastados da cidade. Analisa a divisão de trabalho, o estilo de vida, o sistema educacional e o lazer como fatores favoráveis à organização das bandas musicais, que tiveram seu fim com a quebra do trabalho escravo; os músicos aderiram então às bandas de irmandades, Folias e Congos, ou foram engrossar o contingente de músicos urbanos das bandas militares, dos conjuntos de choro e serenatas e dos cordões carnavalescos.

Para compreender a formação da música de barbeiros, o autor traça uma sociologia dessa profissão urbana, mostrando a brevidade do serviço, o treino da habilidade manual e o regime de atividade liberal, que permitia tempo vago entre um freguês e outro. Os barbeiros chegaram a formar conjuntos que tocavam regularmente nas festas das igrejas, e tiveram grande importância na vida social de cidades como Rio de Janeiro e Bahia. O declínio desse grupo musical está ligado à era do trabalho assalariado, que não mais permitia o privilégio das horas de lazer criadoras de arte.

Estudando os entremezes de teatro, o autor mostra que os dramas e tragédias que constituíam a parte nobre das sessões, constavam de autores estrangeiros, ao gosto da elite colonial voltada para a Europa. Coubê, portanto, a esses entremezes a criação de um tipo de teatro original e brasileiro, que estimulou o aparecimento dos primeiros artistas e músicos negros e mestiços.

A Segunda-Feira do Bonfim na Bahia e a Festa da Penha no Rio de Janeiro, pesquisadas pelo autor, concentram toda a criatividade musical do povo

num cadinho de cultura espontânea, do qual viriam a se abeberar os músicos populares.

José Ramos Tinhorão caracteriza-se por um estilo fluente e claro, e todas as suas colocações trazem o marco de uma interpretação pessoal, por vezes arrojada, mas sempre lógica e fundamentada. Pesquisador e colecionador de documentos alusivos a música popular brasileira, já publicou outros livros sobre o tema.

Esta obra, relativa à música de índios, negros e mestiços, está organizada num padrão acadêmico, sendo mencionadas todas as fontes de documentação e bibliografia (historiadores, literatos, viajantes). As notas explicativas são desenvolvidas e comentadas criticamente, buscando sempre um enfoque sociológico.

LEA VINOCUR FREITAG

\* \*

\*

ABREU (Díores Santos). — *Formação Histórica de uma Cidade Pioneira Paulista: Presidente Prudente*. — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente (Estado de São Paulo), 1972.

Ao me propor resenhar a obra de Díores Santos Abreu fiquei inicialmente na dúvida se me deteria exclusivamente no trabalho histórico de alto nível ou se me preocupava também em apresentar ao público o jovem e atuante professor dos longínquos rincões interioranos. Confesso que, para mim, a tarefa mais agradável seria a de mostrar àqueles que se detivessem nestes comentários, em é o moço Díores e o quanto se pode seriamente fazer em História, em condições precárias, como ele o fez. Entretanto, aquilo que seria, espontaneamente, o reconhecimento de méritos e o enaltecimento de valores morais e intelectuais poderia parecer simplesmente a exaltação de um amigo a outro sem que a obra viesse a ocupar o seu devido lugar. Por isso o cuidado foi o de, em resumindo o que pensamos, não deixarmos de mostrar o que contem a tese de doutoramento de Díores Santos Abreu, agora transformada em livro através de publicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, magnífico exemplo a ser seguido por todas as Instituições Universitárias do País, que mais e mais devem prestigiar aqueles que trabalham seriamente e gostariam de ver suas idéias veiculadas e discutidas por especialistas das áreas de seu interesse.

A obra de Díores Santos Abreu se divide em 5 capítulos:

- I. — A Exploração da Alta Sorocabana.
- II. — A Fundação de Presidente Prudente.
- III. — A Organização Econômica e Social.

IV. — A Estrutura Política.

V. — Desenvolvimento da Urbanização.

Que tem a coloca-los uma Introdução bastante objetiva e clara, uma conclusão coerente, além de enumerar as Fontes e a Bibliografia consultada e enriquece-la com abundante material fotográfico, cartográfico e estatístico.

Como se trata de obra de grande valor bastaria afirmar ser excelente trabalho, preenche lacunas de nossa historiografia, deve ser lido por todos os interessados na História do Brasil e ponto final. Mas, dessa forma, não teria oportunidade de apresentar, pelo menos esquematicamente, alguns pontos de relevo da publicação.

O período estudado medeia entre 1917 e 1940.

O ano de 1917 corresponde à “data oficial da fundação da cidade, ano em que o Coronel Goulart tomou as primeiras medidas para a formação de um núcleo de povoamento” (p. 11) e 1940 é uma data escolhida pelo seu significado econômico. Embora politicamente termine a sua análise em 1937, com o Estado Novo, “quando voltam ao poder forças perrepistas que presidiram o aparecimento da cidade...” (p. 11), o Autor prolonga seu estudo até o início da década seguinte.

Apesar dos problemas enfrentados para a realização da pesquisa e a transformação dos dados obtidos em tese o prof. Dióres Santos Abreu conseguiu nos dar uma visão ampla e aprofundada da formação da cidade de Presidente Prudente, desde a ocupação inicial pelos “povoadores mineiros”, precursores do povoamento da região, até o ano de 1940.

Não acompanharei o trabalho capítulo por capítulo, uma vez que, em suas linhas gerais, a simples enumeração deles pode dar uma idéia da obra em seu conjunto.

Como pontos de realce considero “Organização Econômica e Social (cap. III) e a “Estrutura Política” (cap. IV) os capítulos de maior interesse.

Quando analisa a “Organização Econômica e Social” me parece não ter deixado de lado quaisquer dos pontos fundamentais para o entendimento da complexidade regional. Assim, abordou tanto a estrutura agrária quanto a vida urbana, não deixando de lado o interrelacionamento cidade-campo, tanto no que diz respeito às atividades econômicas quanto às sociais. Se cuidou dos produtos agro-pastoris e de sua importância na vida urbana não deixou de encarecer a importância dos serviços oferecidos pela cidade ao mundo rural.

Se foi cuidadoso no estudo da economia e sociedade não descurou absolutamente quando se preocupou com a vida política. Acho de grande importância o estudo do Autor sobre o coronelismo na vida de Presidente Prudente.

Alem disso não deixou de colocar o processo político local num contexto mais amplo e é extremamente fértil a sua abordagem sobre o perreppismo, a oposição do Partido Democrático e a cisão local, característica de nossa vida político-partidária. Esta cisão prudentina lembra sempre aquela constante de nossos “partidos”: uma reunião de facções que ao primeiro obstáculo se antagonizam e dificultam a atuação conjunta de homens de credos totalmente diferentes; são mais união de grupos ou de homens reunidos para solucionar problemas de momento do que agremiações baseadas em programas sólidos e orientadas ideologicamente. O Autor não deixou de abordar no seu capítulo sobre a Estrutura Política a hegemonia do chamado “Partido Constitucionalista”, mostrando a sua atuação local. É interessante ainda poder acompanhar no trabalho de Dióres Santos Abreu as rearticulações perrepistas e a sua recomposição local, bem como as alterações constantes dos quadros municipais da política brasileira. Sua análise do campo político vem até 1937 quando da instalação do Estado Novo. É imperioso reconhecer que, neste capítulo, o autor conseguiu dar uma visão adequada do processo político brasileiro, demonstrando o papel atuante e significativo do político “local” na vida partidária nacional.

Ao tratar da Urbanização, embora considere de alta valia toda soma de informações apresentadas pelo Autor, considero-as um pouco minuciosas demais. São necessárias as descrições de certas construções e entendo o papel delas no crescimento urbano mas o estudo do “coronelismo” como obstáculo a administração municipal e desta posição um retardamento no processo de urbanização me parece muito mais significante e teria certamente maior penetração, da mesma forma que melhor explicaria o processo urbano do que certas explicações técnicas e administrativas.

As conclusões são, como já afirmei, altamente coerentes e muitíssimo convincentes, chegando a demonstrar o cuidado com que o pesquisador tratou do assunto escolhido. Demonstrou Dióres Santos Abreu o interesse com que se dedicou não só ao trabalho científico, mas também à região na qual se radicou. Cumpre dizer que Dióres Santos Abreu não ficou em Presidente Prudente por impossibilidade de qualquer ordem, que o impedisse de chegar a centros maiores, mas sim, lá ficou por convicção.

Ao receber seu diploma em 1960 estava decidido a se “interiorizar” e formar gerações de estudantes, principalmente, como desejava, de nível médio. Ele conseguiu seu intento e agora abre, com seu trabalho sério, muitos novos horizontes a muitas gerações, mas já não mais como modestamente se propunha a um grupo interessado do interior, mas sim a todo o país. Sua obra acima de tudo demonstra o seu conhecimento do meio em que atua e sua segurança a propósito da História de Presidente Prudente onde “... a iniciativa particular esteve à frente da iniciativa pública não só no volume de realizações materiais, mas também nos estímulos que transmitia aos recém-chegados, contribuindo para a formação de um ambiente de confiança e otimismo no futuro da cidade”.

“Dotada desde cedo de instituições administrativas (distrito policial, distrito de paz, Município, comarca), religiosas e de prestação de serviços como o médico e o escolar, Presidente Prudente tornou-se paulatinamente centro regional da Alta Sorocabana, o que contribuiu para a multiplicação de empreendimentos urbanos. A expansão da industrialização na Capital paulista liquidou as pretensões da pequena indústria prudentina que se esboçava nos primeiros tempos, mantendo-se o caráter essencialmente comercial administrativo e de prestação de serviços que caracterizou o núcleo urbano desde sua fundação”.

J. S. WITTER

\* \* \*

SWEETZ (Paul) e BETTELHEIM (Charles). — *Sociedades de transição: luta de classes e ideologia proletária*. Tradução de Alberto Saraiva. Porto, Portucalense Editora, 1971. Coleção “Textos de Apôio”, nº 3. 91 págs.

Parecem perfeitamente dispensáveis quaisquer palavras sobre Paul Sweezy e Charles Bettelheim, uma vez que a produção intelectual de ambos é familiar aos estudiosos das Ciências Sociais. O mesmo não ocorre, no entanto, com a editora Portucalense, ainda pouco conhecida entre nós. Caracterizando-se pela tradução de trabalhos importantes para a compreensão da realidade contemporânea, a editora portuguesa tem dois tipos de publicação: a “coleção A”, constante de dez livros, já em 1972, e a coleção “Textos de Apôio”, com sete.

O trabalho de Sweezy e Bettelheim é uma coletânea de seis artigos, alguns dos quais publicados na *Monthly Review* de Nova York. O primeiro artigo, de autoria de Sweezy, apareceu no número de outubro de 1968 daquela revista e tem por título “Checoslováquia, Capitalismo e Socialismo”; é uma tentativa de interpretação do que ficou conhecido como o “fim da primavera de Praga”. Segundo o autor, a justificativa russa de “travar uma situação contra-revolucionária que representaria um regresso ao capitalismo” é falsa, na medida em que toda a U.R.S.S. está a orientar-se para este mesmo regresso. Na verdade, a invasão é “sinal de fraqueza soviética, face a uma crise crescente no conjunto do bloco”, crise revestida de um duplo aspecto: de um lado, a subida de Dubcek e o afastamento de Novotny do P. C. Checo afigurava-se como uma séria ameaça aos dirigentes dos demais P. Cs. orientais; de outro, a “força de atração das economias de mercado do Ocidente” atuando centrifugamente, punha em risco a integração do próprio bloco e a dominação russa sobre ele.

Para chegar a esta conclusão, Sweezy procura estabelecer o que seriam as “raízes da tendência para a restauração do capitalismo”, fulcro do debate instalado entre os dois escritores. Sem alongarmo-nos sobre as divergências surgi-

das, conviria esclarecer que enquanto Sweezy enfatiza os aspectos econômicos, durante a transição capitalismo-socialismo, para Bettelheim, o fator decisivo, isto é, dominante, “não é de natureza econômica, mas política”.

Apesar das abordagens diferentes, no início, os dois chegam a um ponto comum e apresentam o período de transição capitalismo-socialismo como “uma via com dois sentidos”, onde o término não é, necessariamente, o socialismo.

O que nos assegura, então, a permanência da via socialista? Os dois afirmam a presença de relações mercantis ao longo de toda a fase de transição, não sendo, pois, o “recoo ou progresso” destas o indicador da via seguida. “O que caracteriza o socialismo por oposição ao capitalismo, (...) é a existência da dominação do proletariado, da ditadura do proletariado. É pelo exercício desta ditadura em todos os domínios — econômico, político, ideológico — que as relações mercantis podem ser progressivamente eliminadas” (Bettelheim, p. 25); no entanto, o completo desaparecimento delas, só sera alcançado com o estabelecimento do socialismo em escala mundial. Para Bettelheim, privilegiar, nas análises, as relações mercantis, colocando-as como um dos problemas fundamentais da transição, é não ver senão a “superfície”.

Qual a “garantia” de que a ditadura seja do proletariado, isto é, de que exista, de fato, um poder proletário? Que fatores são responsáveis pelo domínio de uma burocracia (segundo Sweezy, é o caso da União Soviética)? Quais as condições para a dominação de uma nova burguesia? Em primeiro lugar, Bettelheim não admite a dominação de uma burocracia ou o “poder de Estado de uma burocracia”; para ele, uma burocracia “está *sempre* a serviço de uma classe dominante”. O que existe ou é um Estado da classe operária ou é um “Estado burguês puro e simples. Não pode existir meio termo ou terceira via...” (pp. 57-8).

Não só as relações mercantis, mas as relações resultantes da divisão social do trabalho, a ideologia e os “restos das antigas classes” estarão presentes na transição. O que garante a não-dominação de tais relações e, portanto, das antigas classes é a *luta ideológica de classe* no seio do partido dirigente e no seio das massas. Esta luta só se realizará, se o partido no poder for marxista-leninista, isto é, um partido que *só pode ser* um “instrumento” do poder das massas e não o seu “representante”. A Ditadura do Proletariado significa que “não se exerça a ditadura no seio do povo” (Mao). (Toda esta última parte está claramente exposta no terceiro artigo de Bettelheim).

Além do tema central ou dentro dele, é, ainda, de interesse a explicação de Sweezy para o fracasso da União Soviética na construção do socialismo. (Aceita a tese de Isaac Deutscher exposta em *Revolução Inacabada* e em *Trotsky: o Profeta Desarmado*).

A revolução proletária ou anticapitalista é outro dos pontos levantados. Sweezy define um “proletariado de substituição” — elemento capaz de de-

sempenhar o papel atribuído à classe operária na concepção marxista clássica, uma vez que esta, no sentido clássico, não existe nos países subdesenvolvidos. Ainda nessa linha, porém, numa abordagem divergente, Bettelheim afirma que o “carater proletário de uma revolução tem muito mais a ver com o papel dominante desempenhado pela ideologia proletária e pelo partido portador dessa ideologia que com a amplitude numérica do proletariado” (p. 85).

A importância desse livro é apontada por Paul Sweezy ao afirmar “estarmos finalmente a dar os primeiros passos em direção a uma teoria viável do que incontestavelmente constitui, com o imperialismo, um dos dois fenômenos decisivos da realidade mundial da segunda metade do século XX, ou seja, a sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo” (p. 43).

MARIA HELENA SIMÕES FILHO

\* \*

\*

GRAHAM (Richard). — *Grã-Bretanha e o início da Modernização no Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1973.

Sai agora em português o livro do historiador americano Richard Graham. Inicialmente a obra se tornou conhecida dos especialistas brasileiros através da publicação da Cambridge University Press *Britain and the Onset of Modernization in Brazil (1850-1914)*, editado em 1968. Richard Graham é, indubitavelmente, um dos historiadores americanos que melhor conhece a História do Brasil e, em especial, a história desse período, já anteriormente considerado por Capistrano de Abreu como o da modernização de nosso país. Todo seu trabalho está concentrado no papel exercido pela Inglaterra para que o Brasil caminhasse para “um mundo moderno”.

E diz o autor no prefácio:

“O Brasil começou a modificar-se radicalmente no período que vai de 1850 até 1914 e esta obra procura analisar, como um tema dentro dessa história, a influência exercida pelos britânicos na concretização desse processo revolucionário. Em 1914 o Brasil apenas começara a modernizar-se; mas havia começado. Talvez o esforço necessário para este impulso primário tenha sido bem maior que o requerido para o seu prosseguimento, pois não estou discorrendo somente sobre o desenvolvimento econômico, mas também sobre as mudanças havidas nas estruturas sociais e alterações pelas quais passaram os indivíduos, tanto em seu comportamento como na maneira de encarar os acontecimentos diários de sua vida, isto é, mudanças que possibilitariam outras modificações vigentes até os nossos dias”.

Vai estudar nas 380 páginas que compõe a sua obra, todo processo de nossa “modernização” não se esquecendo de dedicar uma parte importante à análise das sociedades britânica e brasileira, procurando demonstrar os seus pontos contrastantes. Ao longo de doze capítulos estuda desde o início de nossa modernização afirmando estar o Brasil

“se modernizando há, pelo menos um século, a despeito da existência ainda hoje de remanescentes características da sociedade tradicional”,

onde a influência britânica é acentuada até o momento em que essa mesma influência entra em declínio. O binômio café-ferrovias é amplamente analisado pelo Autor que dá uma visão clara da atuação dos capitais ingleses na implantação e desenvolvimento das Estradas de Ferro, funcionando estes como autênticas empresas criadas para transportar o produto novo e entrega-lo nos portos para exportação, principalmente no caso de São Paulo (1).

Interligado ao papel do transporte se encontra o complexo Importação-Exportação, ao qual o autor dedica um capítulo bastante cuidado e elucidativo. Dedicase ainda aos estudos dos hábitos urbanos de vida, à crescente industrialização do Brasil, sempre apoiado no capital inglês e ainda, então, de forma exaustiva das mudanças da utilização da mão-de-obra no Brasil, tomando como ponto de apóio para suas ponderações o comércio de escravos e a escravidão. Sempre colocando lado a lado Inglaterra e Brasil preocupa-se com os assuntos ligados aos homens de empresa e seu papel na nossa modernização e ainda estuda os problemas ligados à Liberdade e Associação.

Analisa com profundidade aspectos particulares da classe média britânica e o comportamento do Liberalismo Brasileiro procurando estudar o problema específico do indivíduo dentro da sociedade e finaliza com o estudo do declínio da influência inglesa no Brasil. Dedicase também um capítulo ao estudo do “spencerismo” e da idéia de progresso, muito profundo e de grande valor para os estudiosos do século XIX brasileiro.

Creio que acompanhando o livro do professor Richard Graham podemos concluir com ele que:

“Os ingleses contribuíram em muito por começar o estabelecimento de uma moderna estrutura no Brasil, devendo-se, no entanto, citar também que muitas de suas ações foram favoráveis às forças que se opunham a essas idéias modernistas. Atuando sem qualquer idéia altruista ou maliciosa preconcebida, mas impelidos pelas ambições e energias, provenientes de uma condição já inculcada em seu íntimo pelos hábitos de sua sociedade em fase

---

(1). — Sobre o binômio “Café-Ferrovias” ver tese (no prelo) do prof. Odilon Nogueira de Mattos, *A Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira*, defendida em 1973.

adiantada de modernização, os ingleses contribuíram inegavelmente para dar princípio e prosseguimento à modernização e desenvolvimento de um país tropical chamado Brasil”.

Completa o trabalho 3 apêndices, uma lista de fontes de informações e uma biografia sucinta do Autor.

*J. S. WITTER*